



Cf
Jc NCC

Regimento de Assembleia de Freguesia de Calhetas

CAPÍTULO I

Dos membros da Assembleia

Artigo 1.º

Natureza e âmbito do mandato

- 1 - Os membros da Assembleia de freguesia, representam os habitantes da área da respetiva freguesia.
- 2 - A Assembleia de Freguesia tem competência regulamentar própria nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autarquias com poder tutelar.

Artigo 2.º

Duração

- 1 - O mandato dos membros da assembleia inicia-se com a sessão destinada especialmente à verificação de poderes e cessa com igual sessão posterior á eleição subsequente, sem prejuízo de cessão por outras causas previstas na Lei.

Artigo 3.º

Sede

- 1 - A Assembleia de Freguesia tem a sua sede no edifício da Junta de freguesia.

Artigo 4.º

Lugar das Sessões



Handwritten signatures and initials:
J C NCC

1 - As sessões serão na sede da Assembleia ou noutro lugar efeito julgado mais conveniente.

Artigo 5.º

Verificação de Poderes

1 - Os poderes dos membros da Assembleia de Freguesia são verificados pelo Presidente da Assembleia cessante ou, na falta, pelo cidadão melhor posicionando na lista vencedora.

2 - A verificação dos poderes consiste na verificação da identidade e legitimidade dos eleitos.

Artigo 6.º

Renúncia do Mandato

1 - Os membros da assembleia de Freguesia podem renunciar ao mandato mediante declaração escrita e dirigida ao Presidente da assembleia, o qual deverá tornar pública a ocorrência por editais nos locais de estilo e providenciará pela imediata substituição do renunciante.

Artigo 7.º

Perda de Mandato

1 - Perdem o mandato os membros que:

- a) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente á eleição;
- b) Sem motivo justificativo não compareçam a 3 sessões ou a 6 reuniões seguidas ou a 6 sessões ou a 12 reuniões interpoladas;
- c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;



B
G
f
C
me

- d) Intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, relativamente ao qual se verifique impedimento legal;
 - e) Pratiquem ou sejam responsáveis pela prática de atos que sejam fundamento da dissolução do órgão.
- 2 - A decisão de perda de mandato é da competência do tribunal administrativo de círculo, podendo qualquer membro do órgão interpor a respetiva ação.

Artigo 8.º

Suspensão do mandato

- 1 - Determinam suspensão do mandato:
- a) Deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, dirigido ao Presidente da mesa da Assembleia e apreciado pelo plenário, na reunião imediata à sua apresentação;
 - b) Procedimento criminal nos termos em que a Lei determina a suspensão de funções dos funcionários públicos por motivo de despacho de pronuncia passado em julgado.
- 2 – A suspensão do mandato não poderá ultrapassar 365 dias no decurso do mandato, salvo o caso previsto na alínea b) do n.º1 e se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
- 3 -Por motivo relevante entende-se em especial:
- a) Doença comprovada;
 - b) Atividade Profissional Inadiável;
 - c) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - d) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.
- 4 – No caso da alínea a) do n.º1 a suspensão do mandato cessa pelo decurso do período respetivo ou pelo regresso antecipado do membro da Assembleia, devidamente comunicado pelo próprio ao Presidente da Mesa.
- 5 – Durante o seu impedimento, o membro da Assembleia será substituído nos termos estipulados na Lei.



Handwritten signatures and initials: Z, G, J.C. M.C.

6 - Logo que o membro da Assembleia retome o exercício do seu mandato, cessam automaticamente nessa data todos os poderes de quem o tenha substituído.

Artigo 9.º

Substituição por período inferior a 30 dias

- 1 - Os membros da Assembleia podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até 30 dias.
- 2- A substituição é efetuada nos termos previstos no Regulamento.

Artigo 10.º

Preenchimento de Vagas

- 1 – As vagas comodas na Assembleia de Freguesia e respeitantes a membros eleitos diretamente são preenchidos, preenchidos pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem á vaga.
- 2 - Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato será conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

Artigo 11.º

Deveres dos membros da Assembleia

- 1 – Constituem deveres dos membros da Assembleia
 - a) Comparecer as sessões da assembleia;
 - b) Desempenhar os cargos da assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados
 - c) Participar nas votações;
 - d) Respeitar a dignidade da assembleia e dos seus membros;



8
A
M
J
C
M

- e) Observar a ordem e a disciplina fixada no regimento e acatar a autoridade do presidente da mesa da Assembleia;
- f) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia de freguesia e, em geral, para a observância da Constituição, das Leis e Regulamentos;
- g) Manter um contacto estreito com as populações, organizações populares de base territorial e coletividades da área da freguesia.

Artigo 12.º

Direitos dos membros da Assembleia

1 - Constituem poderes dos membros da Assembleia, a exercer nos termos da Lei e deste Regimento;

- a) Participar nas discussões;
- b) Apresentar moções, requerimentos e propostas sobre matéria da competência da assembleia;
- c) Invocar o Regimento e apresentar reclamações, protestos e contraprotestos;
- d) Desempenhar funções específicas na Assembleia;
- e) Solicitar à Junta de freguesia, por intermedio do Presidente da Mesa, as informações, esclarecimentos e publicações oficiais que entendam necessários, mesmo fora das sessões da Assembleia;
- f) Propor alterações ao Regimento, nos termos do artigo 29.º;
- g) Propor á Assembleia a delegação nas organizações populares de base territorial de tarefas administrativas que não envolva o exercício de poderes de autoridade.

CAPÍTULO II

Da mesa da assembleia

Artigo 13.º

Composição da Mesa



8
G
N
fc

- 1 – A mesa da Assembleia é composta pelo presidente, um primeiro e um segundo-secretário, sendo eleito por voto secreto, pela Assembleia de Freguesia de entre os seus membros.
- 2 – O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1º Secretário e este pelo 2º secretário
- 3 – Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia, elege por voto secreto de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para a integrar.
- 4 - A mesa será eleita pelo período do mandato.
- 6 - O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia de Freguesia.

Artigo 14.º

Mandato e Destituição da Mesa

- 1 - Os membros da mesa da Assembleia podem ser destituídos pela Assembleia em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia

Artigo 15.º

Competência da Mesa

- 1 – Compete à mesa da Assembleia da freguesia
 - a) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder a sua distribuição.
 - b) Deliberar sobre questões de interpretação e de integração de lacunas do regimento.
 - c) Encaminhar em conformidade com o Regimento as iniciativas dos membros da assembleia e da junta de freguesia.
 - d) Comunicar a assembleia de freguesia as decisões judiciais relativas a perda de mandato em que incorra qualquer membro.
 - e) Dar conhecimento à assembleia de Freguesia expediente relativo aos assuntos relevantes.
 - f) Proceder a marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia de Freguesia.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.C.' and 'A. N. M.'.

g) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos pela Assembleia de Freguesia.

2 – O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e digitado à mesa no prazo de 5 dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado e a decisão é notificada ao interessado pessoalmente ou por via postal.

3 - Das decisões da mesa cabe recurso para o plenário da assembleia de Freguesia

Artigo 16.º

Competência do Presidente

1 - Compete ao presidente quanto aos trabalhos da assembleia de Freguesia:

- a) Representar a assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos.
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias nos termos da Lei e do presente Regimento.
- c) Admitir ou rejeitar as propostas, reclamações ou requerimentos verificados a sua regularidade regimental sem prejuízo do direito do recurso dos seus autores para a Assembleia no caso de rejeição.
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões.
- e) Presidir as sessões declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos.
- f) Conceder a palavra e assegurar a ordem de trabalhos.
- g) Dar oportuno conhecimento à assembleia das informações, explicações e convites que lhe foram dirigidos.
- h) Pôr a discussão e votação as propostas e os requerimentos apresentados.
- i) Assinar os documentos expedidos pela Assembleia.
- j) Assegurar O cumprimento do regimento e das deliberações da Assembleia.
- k) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei pelo Regimento ou pela assembleia de Freguesia.

Artigo 17.º

Competência dos Secretários



B
G
JC

1 – Compete aos Secretários coadjuvar o presidente no exercício das suas funções, nomeadamente;

- a) Proceder a conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento o quórum e registar as votações,
- b) Ordenar a matéria a submeter a votação,
- c) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretendam usar da palavra, bem com do publico presente, no período a ele destinado;
- d) Assinar em caso de delegação do presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia; a correspondência expedida em nome da Assembleia;
- e) Servir de escrutinadores;
- f) Elaborar as atas;

CAPÍTULO III

Do funcionamento da assembleia

Artigo 18.º

Convocação das Sessões

- 1 - A assembleia reunirá na sede da freguesia podendo reunir excecionalmente em outro local se a mesa o entender conveniente, mas sempre em edificio público.
- 2 - As sessões serão convocadas pelo presidente da Assembleia com o mínimo de 8 dias de antecedência por edital e carta registada ou através de protocolo dirigido a cada um dos seus membros e ao presidente da junta.
- 3 - O envio das convocatórias será promovido pelo presidente da assembleia ou pela junta de freguesia.
- 4 - A Junta de Freguesia efetuará as diligências necessárias à afixação dentro do prazo do número 2 deste artigo de editais no seu próprio edificio bem como em todos os lugares do estilo junta freguesia

Artigo 19.º

Publicidade

- 1 – As sessões



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FC' and 'G. Nee'.

sente Regimento.

Artigo 20.º

Quórum

1 – As sessões das assembleias de Freguesia não terão lugar quando não esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 – Não comparecendo o número de membros exigido, será convocada nova reunião, com o intervalo de pelo menos, vinte e quatro horas, podendo o órgão deliberar, desde que esteja presente um terço dos seus membros, em número não inferior a três.

Artigo 21.º

Direito a Participação sem voto na Assembleia

1 – Tem direito a participar na Assembleia de Freguesia sem direito a voto:

- a) Os membros da junta de freguesia
- b) Dois representantes de organizações populares de base territorial constituídas na área da Freguesia nos termos da constituição e devidamente credenciados para este ato.
- c) Dois representantes dos requerentes das sessões extraordinárias convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro.

Artigo 22.º

Funcionamento das Sessões

1 - Antes do início da ordem dos trabalhos haverá um período não superior a 60 minutos destinado a tratar pelos membros da Assembleia dos seguintes assuntos:

- a) Leitura resumida de expedientes e dos pedidos de informação e esclarecimento e respectivas respostas que tenham sido formuladas das sessões da Assembleia
- b) Deliberação sobre votos de louvor congratulação protesto ou pesar que iniciam sobre a matéria da competência da Assembleia
- c) Interpelações, mediante perguntas á junta, sobre assuntos da administração da freguesia;
- d) Apreciação de assuntos de interesse local;



3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

- e) Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro ou solicitados pela junta, e que incluam sobre matéria de competência da assembleia;

2 – O período da ordem de trabalhos será destinado exclusivamente à matéria constante da convocatória.

3 - Deverá haver um período não superior a uma hora reservado a intervenção do público e destinado ao pedido e prestação de esclarecimentos sobre assuntos do interesse da freguesia. Uso da palavra será concedido pelo presidente da mesa mediante prévia inscrição dos interessados no momento julgado mais conveniente para o bom andamento dos trabalhos da Assembleia.

4 - Nos períodos de antes e depois da ordem dos trabalhos não serão tomadas deliberações exceto as previstas expressamente no presente Regimento

5 - As sessões só podem ser interrompidas por decisão do Presidente da Assembleia para os seguintes efeitos

- a) Intervalos
- b) Restabelecimento de ordem na sala
- c) Falta de quórum.

Artigo 23.º

Uso da Palavra

1 - Uso da palavra será concedida pelo presidente nas seguintes condições:

1.1 Aos membros da Assembleia.

- a) Para tratamento de assuntos de interesse local a conceder no período antes da ordem dos trabalhos não devendo o tempo exceder 10 minutos por cada membro que para tal se inscreve e por uma só vez;
- b) Para reclamações, recursos e protestos limitando-se as intervenções a indicação sucinta do seu objetivo e fundamento e por tempo nunca superior a 5 minutos
- c) Para exercer o direito de defesa;
- d) Para intervir nos debates não podendo cada intervenção exceder 10 minutos;
- e) Para apresentação de propostas limitando-se aquelas a indicação sucinta do seu objetivo não podendo a apresentação exceder 5 minutos;

1.2 - Aos membros da junta



8
G
NCC
JC

- a) Para tratamento de assuntos de interesse local a conceder no período de antes da ordem dos trabalhos não podendo o tempo da intervenção exceder 10 minutos por cada membro que para tal se inscreva e pôr só uma vez;
- b) Para intervir nos debates não podendo cada intervenção exceder 10 minutos;
- c) Para apresentação do plano de atividades e orçamento do relatório de contas de gerência intervenção que não poderá exceder 30 minutos;

1.3 Aos representantes de organizações populares de base territorial.

- a) Para tal tratamento de assuntos de interesse local a conceder no período de antes da Ordem de trabalhos não devendo o tempo de intervenção exceder 5 minutos por cada representante que tal se inscreva e por só uma vez;
- b) Para intervir nos debates não podendo cada intervenção exceder 10 minutos;

2 – Os membros da mesa que usarem da palavra reassumirão as suas funções imediatamente a seguir á sua intervenção.

3 – A palavra para esclarecimento limitar-se-á á formulação sintética da pergunta e da respetiva resposta sobre a matéria enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.

4 – Os membros da assembleia que queiram formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os solicitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição e por uma só vez.

5 – Por cada pedido de esclarecimento ou respetiva resposta não poderá ser excedido o tempo de três minutos.

6 – O disposto nos números anteriores poderá ser alterado eventualmente por consenso da assembleia ou concessão da mesa, mas nunca em prejuízo dos direitos neles consignados.

7 – No uso da palavra, não serão permitidas interrupções, salvo com autorização do orador e do Presidente da Mesa. O Presidente advertirá o orador quando este se afaste do assunto em discussão ou as suas palavras sejam ofensivas, podendo o presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.

Artigo 24.º

Deliberações e votações

1 - As deliberações da assembleia são tomadas à pluralidade de votos, estando presentes a maioria do número legal dos membros da Assembleia, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

BMC
A
JC

- 2 - As votações realizar-se-ão por escrutínio secreto sempre que se realizem eleições ou estejam em causa pessoas.
- 3 - A votação será nominal nos demais casos salvo se o Presidente da Mesa ou a Assembleia decidirem que os interesses em causa serão melhor defendidos através de voto secreto.
- 4 - Serão admitidas declarações de voto orais por período não superior a três minutos, ou escritas, estas a remeter diretamente à Mesa, que as mandará inserir na ata.
- 5 - Só poderá haver uma declaração de voto oral por cada membro da Assembleia de freguesia.
- 6 - Os membros da Assembleia, incluindo o Presidente e os secretários da Mesa, poderão abster-se por escrutínio nominal.
- 7 - O Presidente tem voto de qualidade, valendo por dois o seu voto em caso de empate em votações por escrutínio nominal.
- 8 - Verificado empate numa votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

Artigo 25.º

Publicidade das Deliberações

- 1 – Para além da publicação no Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações dos órgãos autárquicos bem como as decisões dos respetivos titulares, destinados a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos dez dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
- 2 – Os atos referidos no número anterior são ainda publicados em boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados na área do respetivo município, nos trinta dias subsequentes à tomada de decisão, que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Sejam portuguesas na aceção do artigo 12.º da Lei n.2/99, de 13 de janeiro;
 - b) Sejam de informação geral;
 - c) Tenham uma periodicidade não superior á quinzenal;



E
GA
JCM

d) Contem uma tiragem média mínima por edição de 1500 exemplares nos últimos seis meses;

e) Não sejam distribuídas a título gratuito.

3 – As tabelas de custos relativos á publicação das decisões e deliberações mencionadas no número um, são estabelecidas anualmente por portaria conjunta dos membros do Governo que tutelam as ares da comunicação social e da administração local, ouvidas as associações representativas da imprensa regional bem como a Associação nacional de Municípios Portugueses.

Artigo 26.º

Atas

1 – De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada ata, a qual será elaborada pelo funcionário da Autarquia designado, ou, na sua falta, pelo secretário, devendo ser subscrita e assinada por quem a lavrou e pelo Presidente.

2 – A ata pode ser aprovada em minuta no final da reunião, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, devendo, neste caso, a minuta ser logo assinada pelos membros da Mesa.

3 – As certidões das atas devem ser passadas, independentemente do despacho, pelos secretários e dentro de oito dias seguintes à entrada do respetivo requerimento.

4 – As certidões das atas podem ser substituídas, por fotocopias autenticadas quando o interessado assim o desejar ou sempre que através desse meio possam ser alcançados os mesmos objetivos.

5 – Todas as pessoas jurídicas poderão requerer certidões ou fotocopias das atas.

Artigo 27.º

Formação das Comissões

1 – A Assembleia de freguesia, ao criar comissões específicas, pode delegar essa tarefa em elementos estranhos à mesma na base do artigo 248.º da Constituição da República Portuguesa, mas sempre coordenada por um membro da Assembleia que será eleito por esta.

2 – Perde a qualidade de membro da comissão específica aquele que exceder o número regimentado de faltas injustificadas ás respetivas reuniões.



3
NCC
CT
HC

Artigo 28.º

Serviço de apoio

1 – Os serviços de apoio á freguesia serão assegurados pelos serviços dependentes da Junta de freguesia.

CAPÍTULO IV

Artigo 29.º

Interpretação

1 – Compete à mesa, com recurso para Assembleia, interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas.

Artigo 30.º

Alterações

1 – O Presente regimento poderá ser alterado pela assembleia, por iniciativa de pelo menos um terço dos seus membros.

2 – As alterações do regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia.

Artigo 31.º

Entrada em Vigor

1 – O Regimento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação em ata e será publicado em edital.

2 – Será fornecido um exemplar do Regimento a cada membro da Assembleia e da Junta de Freguesia.

Aprovado em reunião de Junta de Freguesia realizada aos 14 / 12 / 2023

O Presidente da Junta de Freguesia

Códe Jovens
Berniz Traveses



(Cátia Sofia Costa Tavares)

Aprovado em reunião de Assembleia de Freguesia realizada aos 20 / 12 / 2021

O Presidente da Assembleia de Freguesia

Nuno Câmara Costa

(Nuno Câmara Costa)